

A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo

Emmanuel Zagury Tourinho¹
Universidade Federal de Pará, Brazil

I - INTRODUÇÃO.

O pragmatismo, enquanto um conjunto de reflexões que se insere no contexto da discussão epistemológica contemporânea, tem sido caracterizado como uma doutrina anti-representacionista, o que significa colocá-lo no campo da crítica às intenções cartesianas (ou platônicas) de conhecer a realidade em si mesma (Cf. Rorty, 1982, 1988, 1990). De um modo geral, o pragmatista argumenta que qualquer conhecimento é culturalmente contingente. Conhecer não é, portanto, espelhar uma realidade que transcende o que é vivido pelos sujeitos cognoscentes, mas elaborar discursos que encontram significação naquilo que propiciam de interação com o mundo (seja ele físico ou social). Estas noções, ao questionarem as pretensões da ciência (por exemplo, quando esta afirma apreender a natureza última dos eventos que estuda), repercutem sobre o próprio escopo ou status do discurso científico, na medida em que rejeitam a idéia de que a ciência está ancorada em princípios que lhe conferem, antecipadamente, valor privilegiado na cultura. Nesta medida, elas remetem a uma discussão relevante para as ciências em geral, e em particular para a psicologia, que tem suas raízes históricas no interesse pela mente como instância responsável pela construção do conhecimento verdadeiro.

A maneira particular com que o pragmatismo lida com a noção de conhecimento humano, enfatizando sua funcionalidade, sugere a pertinência de uma discussão sobre uma possível identidade entre suas teses e os princípios do behaviorismo radical skinneriano. Alguns autores já se dedicaram a esta tarefa (Lamal, 1983, 1984; Woolfolk, 1983), tendo chegado a conclusões significativamente divergentes. Tal divergência parece originar-se da dificuldade em compatibilizar a maneira como Skinner lida com o problema do conhecimento humano em diferentes momentos (por exemplo, quando fala de sua

1 Professor do Departamento de Psicologia Social e Escolar da Universidade Federal do Pará, Brasil. Doutorando em Psicologia pela Universidade de São Paulo, Brasil e Bolsista CAPES/PICD. Endereço para correspondência Trav. Mauriti, 3275, Apto. 1501, Ed. Guaruba. Marco. 66. 095-360, Belén, Pará, Brasil.

funcionalidade e quando prescreve critérios empiricistas de legitimação). Por outro lado, tem sido afirmada uma certa compatibilidade entre o behaviorismo radical e algumas idéias de Wittgenstein (Cf. Bloor, 1987; Day, 1969; Waller, 1977). A referência a Wittgenstein é aqui justificada pelo fato de o discurso pragmatista apoiar-se repetidas vezes nos argumentos wittgensteinianos (Cf. Rorty, 1988). Constatada esta relação, o leitor convencido das similaridades entre as idéias de Wittgenstein e os princípios skinnerianos será tentado a considerar o behaviorismo radical como dotado de uma concepção pragmatista de conhecimento. Esta conclusão, entretanto, mostra-se precipitada se generalizada para as diversas circunstâncias em que Skinner trata de questões relacionadas ao conhecimento humano.

A análise que se segue parte do reconhecimento de que há, de fato, uma proximidade entre o discurso pragmatista e as idéias de Wittgenstein. Isto é, é em Wittgenstein (pelo menos, em suas *Investigações Filosóficas*) que se encontram os argumentos lingüísticos para as teses pragmatistas. Por outro lado, considera-se que as teses do pragmatismo dizem respeito não apenas ao problema do conhecimento científico da natureza, mas ao problema do conhecimento em geral. Ao discuti-las no campo da disciplina psicológica, portanto, mostra-se especialmente relevante abordar-se a noção de “conhecimento de si mesmo”.

O objetivo deste texto será, então, o de problematizar a relação entre behaviorismo radical e pragmatismo, a partir da noção de privacidade. Isto é, procurar-se-á examinar em que medida Skinner se aproxima de uma concepção pragmatista de conhecimento, não só quando lida com o empreendimento científico, mas, em particular, quando discute a noção de “conhecimento de si mesmo”. Em um trabalho anterior (Tourinho, 1992), argumentou-se que, ao tratar dos chamados eventos privados, Skinner distancia-se das idéias de Wittgenstein acerca da linguagem. O que se procurará sugerir neste texto é que aquele distanciamento representa, também, a aceitação de uma noção de conhecimento mais próxima do representacionismo do que do pragmatismo. O tema da privacidade, então, servirá, neste contexto, para colocar em discussão a caracterização de Skinner como um pensador pragmatista e as similaridades entre o pensamento de Skinner e Wittgenstein.

II - O PRAGMATISMO COMO ANTI-REPRESENTACIONISMO E O

Problema da Linguagem.

Rorty (1988) caracteriza o pensamento epistemológico representacionista em termos da crença de que “conhecer é representar cuidadosamente o que é exterior à mente” (p.15). Ao partir desta noção de conhecimento, a filosofia

representacionista dirige sua atenção para as condições em que a mente produz aquelas representações, condições estas que podem demarcar o valor de cada tipo de reivindicação a conhecimento. Nas palavras de Rorty (1988):

... compreender a possibilidade e natureza do conhecimento é compreender o modo pelo qual a mente se torna apta a construir tais representações. A preocupação central da filosofia é ser uma teoria geral da representação, uma teoria que dividirá a cultura nas áreas que representam bem a realidade, que a representam menos bem e que não a representam de todo (a despeito de sua pretensão nesse sentido) (p.15).

Opondo-se a esta noção de conhecimento, o pragmatismo sustenta que “a noção de ‘representação exata’ é somente um cumprimento automático e vazio que nós prestamos às convicções que conseguem ajudar-nos a fazer o que queremos” (Rorty, 1988, p.20). Isto é, o conhecimento é, mais propriamente, um instrumento de que se faz uso para interagir com o mundo de modo mais eficiente, e que equivocadamente é tomado como representação de uma realidade que se distingue daquela com a qual o homem interage. Na perspectiva pragmatista, então, a validação de um conhecimento não pertence ao campo de uma disciplina (filosófica) particular que reivindique o acesso às condições próprias para a representação da realidade, mas pertence ao campo do diálogo, às condições atuais (ou futuras) em que os homens vêm a concordar acerca de suas asserções sobre o mundo. Tais condições, entretanto, não têm valor por si mesmas, e por isso não poderiam ser eternizadas na forma de uma matriz definitiva, diante da qual qualquer discurso devesse ser julgado.

Partindo do aspecto funcional do conhecimento em si (enquanto um conjunto de asserções) e da própria atividade de construção do conhecimento, o pragmatismo abandona não só a noção de representação, mas, principalmente, a idéia de mente como espelho do mundo. Ele distancia-se, portanto, do mentalismo próprio de certas doutrinas filosóficas e de certas teorias psicológicas. A rejeição do mentalismo, por outro lado, assume relevância particular quando se trata do problema da linguagem. Para sustentar a idéia de conhecimento como representação do mundo, as filosofias representacionistas precisaram elaborar uma noção de linguagem segundo a qual os significados deveriam ser encontrados em objetos do mundo correspondentes às palavras usadas; adicionavam a isso a crença de que a mente humana associa objetos e palavras, conferindo dessa forma significação à linguagem. De uma tal concepção de linguagem derivou-se o problema da impossibilidade de um indivíduo conhecer o que ocorre internamente a outro indivíduo, em virtude de não ter acesso aos eventos do outro que conferem significação a seus “relatos”. Nesta linha de raciocínio apenas cada um tem acesso, por exemplo, a sua própria “dor” ou “emoção” e, ainda assim, não pode conhecê-la, de acordo com algu-

mas versões do pensamento epistemológico, segundo os critérios científicos de conhecimento.

Ao olhar para o conhecimento enquanto um conjunto de asserções que orientam uma forma particular de ação no mundo, o pragmatismo rejeita aquela concepção de linguagem (enquanto sistema de representação operado pela mente humana), passando a considerá-la, também, em uma perspectiva funcional. A linguagem passa a ser vista, como diz Wittgenstein (1988) como uma “forma de vida”, uma forma de ação sobre o mundo, que se mostra efetiva na medida em que os membros de uma comunidade lingüística partilham das condições para seu uso. A estas condições Wittgenstein (1988) denomina “critérios”, referindo-se às circunstâncias indicadas nas regras ou convenções que regulam os usos das palavras, tornando tais usos funcionais. E são nestes critérios, por outro lado, que se devem buscar os significados das palavras. Isto implica dizer que os significados não residem nas mentes dos indivíduos, mas em condições públicas partilhadas por todos. De outra forma, tudo aquilo que é dito (pelo menos, com alguma dimensão funcional) está assentado em condições acessíveis a todos os membros de uma comunidade lingüística. Uma linguagem privada, particular de um único indivíduo, não só é impossível; ela seria carente de qualquer dimensão funcional. Considere-se, a este respeito, o seguinte exemplo de Wittgenstein (1988):

Suponha que todo mundo tivesse uma caixa com alguma coisa dentro; nós chamamos a isso de um “besouro”. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro, e todos dizem que sabem o que é um besouro só por olhar *o seu* besouro. Aqui seria um tanto possível cada um ter uma coisa diferente em sua caixa. Alguém poderia até imaginar uma coisa tal, constantemente mudando. Mas suponha que a palavra “besouro” tivesse um uso na linguagem das pessoas. Se tal acontecesse, a palavra não seria usada como o nome de uma coisa. A coisa dentro da caixa não tem nenhum lugar no jogo de linguagem; nem mesmo como *algo*, pois a caixa pode estar até vazia (p.100).

A expressão “jogos de linguagem” é empregada por Wittgenstein (1988) para tratar dos diversos usos possíveis da linguagem. Tal diversidade de uso atende a funções igualmente diversas; os diversos usos parecem-se e diferenciam-se em múltiplos aspectos, mas são incomensuráveis. Na interpretação pragmatista deste aspecto da linguagem, entende-se a ciência simplesmente como um “jogo de linguagem” e a verdade como um conjunto de condições diante das quais se caracteriza uma asserção como verdadeira. Para o pragmatista, então, “sentenças verdadeiras não são verdadeiras porque correspondem à realidade” (Rorty, 1982, p.XVI); “‘verdade’ é só o nome de uma propriedade que todas as asserções verdadeiras partilham” (Rorty, 1982, p.XIII). Por outro lado, as asserções científicas não poderiam representar uma realidade transcendente das coisas porque estão limitadas ao universo lingüístico partilhado pela própria comuni-

dade científica, que opera uma linguagem também como forma de ação no mundo.

III - CONHECIMENTO E CIÊNCIA NO BEHAVIORISMO RADICAL.

Em diversos textos (por exemplo, Skinner, 1957; 1974), Skinner discorre sobre o problema do conhecimento e sobre o empreendimento científico em termos muito próximos das proposições pragmatistas. É verdade que esta compatibilidade pode ser objeto de inúmeras críticas, quando se consideram os critérios skinnerianos de cientificidade ou o status que Skinner reivindica para sua ciência do comportamento. Todavia, considerando-se os objetivos deste trabalho, procurar-se-á ilustrar, por ora, apenas que é, de fato, possível interpretar como pragmatista a concepção de conhecimento em geral e de conhecimento científico elaborada por Skinner.

Do ponto de vista da noção de conhecimento em geral, Skinner distancia-se radicalmente de toda tentativa mentalista e dualista de interpretação do problema. Estas tentativas (às quais Skinner se opõe) são caracterizadas como uma crença de que “não podemos conhecer o mundo como ele é, mas apenas como parece ser ... Só conhecemos cópias dele dentro de nosos corpos” (Skinner, 1969, p.247). A noção de cópia mental das coisas do mundo é fundamental para a interpretação representacionista do problema do conhecimento. E Skinner desenvolve um dos argumentos mais interessantes contrário à teoria da cópia. Segundo ele, o homem entra em contato com o mundo e vem a conhecê-lo através de seus diversos órgãos de sentido. Isto é, os chamados objetos do conhecimento que são dados ao homem (no sentido de que o homem entra em contato com eles), não são apenas visuais, mas auditivos, táteis, etc. A teoria da cópia, entretanto, parece cativa da idéia de representação visual do mundo (considere-se, a este respeito, a noção de mente como “espelho”). O que dizer de estímulos com os quais os homens entram em contato e vem a conhecê-los, mas que não tem uma dimensão visual? “Sabores e odores seriam particularmente difíceis de serem copiados, mas podem ser considerados como estímulos de contato e, portanto, suscetíveis de serem conhecidos sem que sejam copiados” (Skinner, 1969, p.250). A dificuldade em conceber cópias mentais de estímulos não-visuais, estende-se, ainda, à capacidade de armazená-los. Daí também ser possível uma crítica à noção de conhecimento como algo que se possui armazenado numa espécie de “arquivo mental”, a que se recorre quando necessário.

Na interpretação de Skinner, conhecer é comportar-se discriminativamente diante de estímulos. Neste caso, “não agimos colocando conhecimento em uso; nosso conhecimento é ação, ou pelo menos regras para ação” (Skinner, 1974, p.139). Assim, quando o indivíduo fala sobre algo não está pareando

palavras e cópias mentais, mas comportando-se de forma particular diante de um conjunto de estímulos. Da mesma forma, um ouvinte não produz cópias mentais a partir da audição de um relato qualquer (o que tem implicações especiais para a atividade educacional). Nas palavras de Skinner:

Os falantes não introduzem o mundo [em si] e o colocam em palavras; eles respondem a ele [mundo] em maneiras que foram modeladas e mantidas por contingências de reforçamento especiais. Os ouvintes não extraem informações ou conhecimento das palavras e compõem cópias do mundo de segunda mão; eles respondem a estímulos verbais em maneiras que foram modeladas e mantidas por outras contingências de reforçamento (Skinner, 1989, p.35).

Quer dizer, para Skinner, conhecer é comportar-se de maneira particular diante de certos estímulos (verbais ou não-verbais), assim como transmitir conhecimento nada mais é do que colocar certos comportamentos sob controle de estímulos discriminativos particulares. Skinner discute, ainda, a noção de conhecimento a partir da distinção que estabelece entre comportamento modelado por contingências e comportamento controlado por regras. O comportamento particular a que se denomina conhecimento pode ter sido instalado a partir da exposição às contingências originais ou a partir do aprendizado de uma regra. Neste caso, os comportamentos podem ser topograficamente idênticos, mas serão funcionalmente diferenciados. Por outro lado, o próprio enunciado de uma regra pode ser tomado como conhecimento (é neste sentido que o conhecimento deixa de ser ação e é apenas regra de ação), mas tal enunciado, enquanto uma descrição das contingências que prevalecem numa determinada situação, não implica o comportamento propriamente dito. “O conhecimento que permite a uma pessoa descrever as contingências é bastante diferente do conhecimento identificado com o comportamento modelado por contingências. Nenhuma forma implica a outra” (Skinner, 1974, p.19).

Passando para o campo do conhecimento científico, onde prevalece a noção de conhecimento enquanto regra para a ação, é importante considerar o tratamento dado por Skinner ao problema da linguagem. Neste terreno, também não se supõe haver um conteúdo armazenado na mente humana de que o indivíduo lança mão para interagir com outros. Por esta razão, e também para deixar claro que não está se restringindo ao comportamento vocal, Skinner prefere falar em “comportamento verbal”, diferenciando-o do comportamento não-verbal, por ser aquele um comportamento cujas consequências são mediadas por outras pessoas. Na perspectiva skinneriana, um indivíduo não aprende a dizer, por exemplo, “livro”, na presença de um livro, por ter apreendido um significado mental daquela palavra, mas porque esta resposta tem uma história de reforçamento provido pela comunidade verbal. Todos os chamados “usos da linguagem” são vistos enquanto comportamentos que são função de contingências providas por uma comunidade verbal, o que significa analisá-los em termos

de um controle de estímulos de origem social e que leva em conta antecedentes e conseqüentes das respostas verbais. A noção de operante verbal, além disso, enfatiza o que uma resposta verbal produz de interação do falante com seu meio social (de forma direta) e físico (de forma indireta). Considerar a linguagem deste ponto de vista significa pensá-la funcionalmente, e não como um sistema de representações do mundo. Por outro lado, a referência à comunidade verbal, responsável pela aquisição e manutenção de repertórios verbais, circunscreve a funcionalidade deste tipo de comportamento ao domínio do que pode ser partilhado por falantes e ouvintes.

Se a linguagem não é tomada como um sistema de representações, já não se pode invocar para as asserções científicas a condição de “retrato da realidade”. E, de fato, para Skinner (1974), “é um erro ... dizer que o mundo descrito pela ciência é de alguma forma mais próximo do que existe realmente” (p.127). O conhecimento científico, é comportamento verbal, e como tal é função de contingências providas por uma comunidade verbal científica. Tais contingências diferenciam-se apenas no sentido de que “encorajam o controle de estímulos preciso, sob o qual um objeto ou propriedade de um objeto é identificado ou caracterizado de tal forma que a ação prática será mais efetiva” (Skinner, 1957, p.419). A efetividade do comportamento verbal científico, em termos do que propicia de previsão e controle dos fenômenos de que se ocupa, não só constitui o que o diferencia do comportamento verbal do leigo, mas também delimita o campo em que se pode falar de verdade científica. Como afirma Skinner (1974), a ciência “é um corpo de regras para a ação efetiva; e há um sentido especial no qual ele pode ser “verdadeiro”: se ele provê a ação mais efetiva possível” (p.235). Esta noção de verdade enquanto efetividade, entretanto, serve mais ao objetivo de sinalizar as condições em que se considera uma asserção científica como verdadeira do que à função de estabelecer as condições para uma verdade última ou absoluta. Em evidente acordo com as noções pragmatistas de conhecimento e de verdade, afirma Skinner (1974):

A veracidade de uma asserção de fato está limitada pelas fontes do comportamento do falante, o controle exercido pela situação atual, os efeitos de situações similares no passado, os efeitos sobre o ouvinte levando à precisão, ou ao exagero, ou à falsificação e assim por diante. Não há nenhuma maneira pela qual uma descrição verbal de uma situação possa ser absolutamente verdadeira. Uma lei científica é possivelmente derivada de muitos episódios deste tipo, mas é similarmente limitada pelo repertório dos cientistas envolvidos. A comunidade verbal do cientista mantém sanções especiais, num esforço para garantir validade e objetividade, mas, novamente, não pode haver nada absoluto (p.136).

IV - A NOÇÃO SKINNERIANA DE EVENTOS PRIVADOS E O PROBLEMA DO "CONHECIMENTO DE SI MESMO".

Embora contrária à noção de mente como agente interior, a concepção skinneriana da privacidade tem sido apontada como também problemática do ponto de vista da dificuldade em prover a superação do dualismo tradicionalmente presente nas teorias psicológicas (Cf. Heil, 1984; Ribes, 1982; Staddon, 1984). Esta dificuldade emerge da interpretação dualista que pode ser dada à distinção que Skinner estabelece entre eventos públicos e privados. Mesmo admitindo que todos os eventos relativos ao organismo humano têm dimensões físicas (Skinner, 1945), Skinner insiste na idéia de que há um conjunto de eventos aos quais apenas o próprio indivíduo tem acesso e - o que torna sua análise efetivamente problemática - supõe que os chamados "relatos privados" (respostas verbais ordinariamente admitidas como descritivas de ocorrências internas do indivíduo) são tentativas de descrição daqueles eventos. Partindo destes supostos, Skinner invoca seus critérios empiristas de validação científica para justificar que tais relatos sejam excluídos como dados de qualquer investigação científica acerca do comportamento humano.

É importante ter claro que a distinção skinneriana entre público e privado não implica um dualismo do tipo metafísico (todos os eventos têm dimensões físicas), próprio das teorias psicológicas mentalistas. A possibilidade de uma interpretação dualista daquela distinção deriva apenas da constatação de que se admite existirem duas classes de eventos relativos ao homem, que se distinguem pelo fato de uma não atender aos critérios de cientificidade pertinentes a uma ciência empírica do comportamento. O próprio Skinner admite a possibilidade de tal interpretação (Cf. Skinner, 1984, p.658), e não chega a prover um tratamento sistemático e articulado para o problema. Nos parágrafos seguintes, procurar-se-á analisar esta questão, considerando-se as concepções de linguagem e de conhecimento envolvidos no tratamento de Skinner para a mesma.

A proposta de uma análise funcional do comportamento verbal permite caracterizar o pensamento skinneriano como contrário às chamadas teorias referenciais do significado (que se apoiam no princípio da representação), em favor de concepções de linguagem como forma de ação (tal como a versão wittgensteiniana). Todavia, em um trabalho anterior (Tourinho, 1992), argumentou-se que, ao tratar do problema da privacidade, Skinner se distancia daquela análise funcional.

De um modo geral, Skinner (por exemplo, 1945) considera os chamados "relatos privados" como respostas verbais instaladas a partir de contingências providas por uma comunidade verbal. Mas supõe que a comunidade verbal, por seu turno, dispõe tais contingências a partir de uma inferência acerca do

que está ocorrendo de forma privada ao indivíduo. Isto é, a comunidade verbal instala respostas daquele tipo sob controle de estímulos discriminativos aos quais ela (comunidade) tem acesso, mas inferindo uma correlação entre tal estímulo e o estímulo privado do próprio indivíduo, de forma que a resposta possa ficar, para o indivíduo, sob controle de sua estimulação privada (a resposta seria, então “descritiva” daquela condição interna). Como a instalação daquela resposta contém um elemento inferencial (da comunidade verbal), não se pode ter certeza de que ela está realmente sob controle do evento do qual ela deveria ser descritiva. Ainda segundo Skinner, isto confere àquela resposta uma condição de descrição imprecisa, o que lhe retira a confiabilidade científica. A este respeito, afirma Skinner (1974):

Embora a comunidade verbal resolva o problema da privacidade desta maneira e seja bem sucedida em ensinar uma pessoa a descrever muitos estados de seu corpo, as descrições nunca são completamente precisas ... as funções biológicas originais reponsáveis pela evolução do sistema nervoso não produziram o sistema que a comunidade verbal necessita. Como resultado, somos particularmente inclinados a desconfiar dos relatos de estimulação privada, especialmente quando a descrição tem outras consequências - como, por exemplo, no fingimento (p.25).

Esta análise de Skinner parece mais próxima das teorias referenciais de significado do que de uma análise funcional. Ela pressupõe, antes de tudo, a existência anterior do estado privado, que se diferencia de qualquer descrição. Isto é, a “dor”, por exemplo, existe em si mesma, antes e independente de um relato de dor. O relato, por outro lado, deve descrevê-la. Apenas neste sentido, ele pode ser preciso ou não - se corresponde pontualmente ou não à própria dor. A impossibilidade de afirmar esta correspondência pontual, por outro lado, torna o relato um dado inapropriado à ciência, já que não se pode ter a certeza de que ele informará exatamente o que deve informar.

É claro que o conceito de “controle de estímulos” pode, aqui, ser invocado em defesa de Skinner. Dir-se-ia que o termo “descrição” (quando empregado para falar-se em “descrição imprecisa”) remete apenas à idéia de controle discriminativo. Mas vale à pena, neste caso, considerar a distinção wittgensteiniana entre “critérios” e “sintomas”. Esta distinção sugere, em primeiro lugar, que a funcionalidade de uma fala depende de critérios públicos (são estes que constituem a base de seu uso e que tornam este uso pertinente num contexto lingüístico qualquer). Por outro lado, ela pode vir a ficar sob controle de um outro evento (inclusive, privado) - o sintoma - quando observada pelo indivíduo uma correlação entre este evento e aqueles critérios. Mas são os critérios (e não os sintomas) que conferem funcionalidade àquela fala e, neste terreno, não faz sentido falar em descrições “imprecisas”. O máximo que se poderia assinalar é a diferença entre os diversos jogos de linguagem (por exemplo, em que se “relata algo privado” e que se “descreve um ambiente público”) em que

os indivíduos se engajam, os quais comportam, inclusive, diferentes tipos (mas não diferentes graus) de certeza (Cf. Wittgenstein, 1988, p.224).

É importante observar que a análise de Wittgenstein não justifica que se refute a existência de eventos no interior do corpo de um indivíduo, nem mesmo que se negue que o indivíduo (em particular, em nossa cultura) pretenda descrevê-los. Trata-se, simplesmente, de indagar acerca das condições em que a linguagem é usada. E deste ponto de vista, uma análise do relato de “dor”, por exemplo, esgota-se na análise das condições em que aquela palavra é empregada. Mas para Skinner há algo mais a considerar: a “dor em si mesma”. Skinner vê, aí, um problema; Wittgenstein aponta para as raízes filosóficas (e histórico-culturais, pode-se acrescentar) da suposição de que há, ainda, um problema a ser resolvido.

A maneira como Skinner lida com o problema dos “relatos privados” contém uma concepção particular de “conhecimento de si mesmo”. Skinner aponta, corretamente, que a natureza do conhecimento de si não difere da natureza do conhecimento em geral. “Um homem aprende a responder a si mesmo e a seu próprio comportamento da maneira como ele aprende a responder às coisas do mundo a sua volta” (Skinner, 1969, p.294). Todo auto-conhecimento é visto, portanto, como um conhecimento “de origem social” (Skinner, 1974, p.31). Por esta razão, não se pode pretender conhecer de forma precisa o que é particular de cada um. A despeito dos esforços da comunidade verbal, “o mundo privado dentro da pele não é claramente observado ou conhecido” (Skinner, 1974, p.31).

Skinner parece aplicar sua versão pragmatista de conhecimento ao advogar a impossibilidade de um conhecimento preciso do que é particular do indivíduo (todo conhecimento - pelo menos enquanto respostas verbais - é função de contingências providas por uma comunidade verbal). Diversas restrições, entretanto, podem ser levantadas às conseqüências que Skinner deriva daquela impossibilidade de um conhecimento preciso. Em primeiro lugar, uma coisa é afirmar a impossibilidade de conhecer com preciso o que é particular de si mesmo; outra coisa é descaracterizar asserções denominadas “relatos privados” como não expressando conhecimento, simplesmente porque não correspondem pontualmente ao que pode estar ocorrendo no corpo do indivíduo (ou porque não estão sob controle discriminativo daqueles eventos)

A tentação para interpretar esta concepção de Skinner como representacionista, estreitamente baseada na noção de conhecimento como correspondência, é quase que inevitável. O conceito de controle de estímulos, todavia, parece ainda constituir-se num recurso que pode ser invocado (mesmo que problematicamente) em defesa de Skinner.

Uma das contribuições mais interessantes de Wittgenstein foi ter assinalado que certas questões relativas ao conhecimento são inventadas como

problemas pela filosofia, não existindo enquanto tal no uso ordinário da linguagem. Este parece ser o caso dos chamados “relatos privados”, que são ordinariamente empregados, sem que sejam levantadas dúvidas acerca de sua confiabilidade. Estas só aparecem quando se supõe haver o privado em si mesmo, ao qual o indivíduo tem acesso privilegiado diante da comunidade, cuja existência antecede o próprio “relato” e ao qual o “relato” deve corresponder. Isto ocorre nas filosofias tradicionais das quais Skinner pretende-se crítico, mas também se manifestam no próprio pensamento skinneriano.

A restrição aos usos ordinários destes “jogos de linguagem” (tal como na citação de Skinner destacada acima) usualmente são de dois tipos: podem não corresponder ao privado em si, e o falante pode estar mentindo. Ao primeiro tipo de restrição, pode-se responder simplesmente que isso só é problema quando se supõe que aquela correspondência deveria existir. Ao segundo tipo, que a mentira é um jogo de linguagem como qualquer outro - e não é particular daquele tipo de asserção (o relato “a porta abriu” pode ser tão mentiroso quanto o relato “estou com dor”, e nem por isso deixam de ser funcionais - os usos da linguagem não se limitam à descrição de objetos ou eventos).

Considere-se, agora, o que Skinner afirma acerca do conhecimento em geral: ação ou regra para a ação. Se se analisam respostas verbais, estas podem ser tomadas como conhecimento se ditam um comportamento que propicia uma interação efetiva com o ambiente ou partes deste. Ora, este não é o critério utilizado por Skinner ao considerar os “relatos privados” enquanto asserções que podem ou não expressar conhecimento. A questão da funcionalidade daquelas asserções passa a ser secundária diante da necessidade (para Skinner) de correspondência a algo.

Por último, é importante assinalar que o critério de funcionalidade também é abandonado quando se trata de aferir a veracidade das asserções relativas a “si mesmo”. É somente abandonando este critério que Skinner pode, antecipadamente, colocar sob suspeita aquelas asserções. Mais do que isso, é somente supondo que o relato deve corresponder a algo que não pode ser conferido, que Skinner pode de antemão recusar qualquer reivindicação a verdade de asserções daquele tipo. Se esta não é uma posição claramente representacionista, ela certamente está muito distante da versão pragmatista de conhecimento que o próprio Skinner elabora quando fala de conhecimento em geral e de conhecimento científico. Talvez seja mais apropriado, a este respeito, considerar Skinner como refém das próprias psicologias das quais pretende-se crítico; e simplesmente porque assume como pertinentes os problemas por elas levantados, ainda que suas soluções sejam instigantemente originais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bloor, D. (1987) *Wittgenstein: A Social Theory of Knowledge*. Hound-mills/Basingstoke/Hampshire/London: MacMillan Education, 1a. reimpressão.
- Day, W. (1969) On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489-506.
- Heil, J. (1984) I've got you under my skin. *Behavioral and Brain Sciences*, 7, 629-630.
- Lamal, P. A. (1983) A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism*, 11, 103-109.
- Lamal, P. A. (1984) Getting it right: a reply to Woolfolk. *Behaviorism*, 12, 97-98.
- Ribes, E. (1982) Los eventos privados: ¿un problema para la teoría de la conducta? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 8 (1), 11-29.
- Rorty, R. (1982) *Consequences of Pragmatism (Essays: 1972-1980)*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rorty, R. (1988) *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Dom Quixote. Tradução de J. Pires. [Publicado originalmente como "Philosophy and the Mirror of Nature", 1979, Princeton: Princeton University Press].
- Rorty, R. (1990) Pragmatism as Anti-Representationalism. In: Murphy, J. P. *Pragmatism: from Peirce to Davidson*. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, pp.1-6.
- Skinner, B. F. (1945) The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277 / 291-294.
- Skinner, B. F. (1957) *Verbal Behavior*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1969) *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974) *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1984) Representations and misrepresentations. *Behavioral and Brain Sciences*, 7, 655-665.
- Skinner, B. F. (1989) *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.
- Staddon, J. E. R. (1984) Skinner's behaviorism implies a subcutaneous homunculus. *Behavioral and Brain Sciences*, 7, 647.
- Tourinho, E. Z. (1992) Privacidade e Linguagem: Nota sobre a Distinção Público-Privado no Behaviorismo Radical Skinneriano. In: Rozens-traten, r.j.a., Bizoli-alves, z.m.m. (Eds). *Anais da XX Reunião Anual de Psicologia*. Ribeirão Preto, São Paulo: Sociedade de Psicologia, pp.93-104.

- Waller, B. (1977) Chomsky, Wittgenstein and the behaviorist perspective on language. *Behaviorism*, 5, 43-59.
- Wittgenstein, L. (1988) *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 3a. edição. Tradução de G. E. M. Anscombe.
- Woolfolk, R. L. (1983) Behaviorism, Rorty and the end of epistemology. *Behaviorism*, 11 (2), 111-113.

RESUMO

O pragmatismo é apresentado como uma atitude anti-representacionista, isto é, como uma crítica à idéia de fundamentação do conhecimento ou da verdade. Esta crítica torna-se possível a partir de uma interpretação funcional para o problema do conhecimento, segundo a qual as asserções (científicas ou no) constituem-se de recursos para interação com os fenômenos (elas não representam, portanto, uma realidade última ou perfeita. A tese pragmatista está articulada com uma concepção igualmente funcional de linguagem, sendo esta então interpretada enquanto forma de ação, e não enquanto sistema de representação do mundo. Tal concepção de linguagem implica, ainda, a impossibilidade de uma linguagem privada.

O behaviorismo radical skinneriano é discutido à luz da oposição pragmatismo-representacionismo, examinando-se suas concepções de conhecimento em geral, de conhecimento científico e de conhecimento de si mesmo. Argumenta-se que Skinner desenvolve uma concepção pragmatista de conhecimento em geral e de conhecimento científico. No que diz respeito à noção de conhecimento de si mesmo, sustenta-se que Skinner distancia-se de uma postura pragmatista e de uma concepção funcional de linguagem. Sugere-se que tal distanciamento está articulado com o dualismo que persiste em sua distinção público-privado e com a suposição de que os "relatos sobre si mesmo" são imprecisos e carecem de valor científico.

Palavras-chave: Pragmatismo, filosofia, behaviorismo radical, relatos privados, auto-conhecimento.

ABSTRACT

Pragmatism is presented as anti-representationalism, a critique of the possibility of a discipline which could provide foundation for knowledge and truth. The pragmatist position is based on a functional interpretation of knowledge, according to which our assertions (scientific or not) about the world are rules for interaction with phenomena (and thus do not represent a perfect or ultimate reality). In the context of pragmatist thought, then, the problem of vali-

dition of knowledge does not belong to the field of the rules established by an epistemological discipline; it is simply a matter of conversation. The pragmatist argument is related to a functional approach to language which results in considering language as a form of action rather than as a system for representation of reality. Such a view of language emphasizes the arbitrary and conventional basis of every language use and points to the impossibility of a private language; it also suggests that a functional use of language cannot be taken as descriptive of a thing to which a single individual has access.

Skinner's radical behaviorism is discussed in the light of the pragmatism-representationalism opposition. Skinner's conception of knowledge is considered in three different instances: knowledge in general, scientific knowledge, and knowledge of oneself. It is argued that Skinner develops a pragmatist conception of knowledge, related to a functional approach to language, when dealing with knowledge in general and scientific knowledge. In these cases knowledge is taken to be action or rules for action, and is judged according to the interaction it provides with a given environmental set. When treating the issue of knowing oneself, however, it is suggested that Skinner adopts a different position; language is considered in terms of reference to events accessible to single individuals, and knowledge is discussed in terms of (in)accuracy of self descriptions. What makes this interpretation possible is Skinner's argument that "private reports" are not reliable, and cannot enter scientific study of human behavior, because they do not correspond accurately to what happens inside the individual's body; they are not under stimulus control of those events. Correspondence, and not functionality of those reports, is the criterion for assigning knowledge to them; a criterion that cannot be reached in terms of the empirical evidence required by a science of behavior. Skinner is then closer to representationalism than to pragmatism. Such a change is considered a result of the dualism that stands in Skinner's distinction between public and private events and his belief that there is a "private in itself", independent of language use, and which language should accurately describe in order to be reliable.

Key words: Pragmatism, philosophy, radical behaviorism, private events, knowing oneself.